

foram renovados, ao abrigo do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos a termo resolutivo certo, por mais um ano, para continuar a exercer as mesmas funções, a partir de 15 de Novembro de 2006, de José António Silva Marques Gouveia, Francisco Dias e António Marques, cantoneiros.

26 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*. 3000218629

Aviso

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Outubro de 2006, foram renovados, ao abrigo do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos a termo resolutivo certo, por mais um ano e seis meses, para continuar a exercer as mesmas funções, a partir de 16 de Novembro de 2006, de Luís Carlos de Jesus Pina e António João dos Santos, cantoneiros.

27 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*. 3000218632

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, presidente da Câmara Municipal de Nisa, para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna público que esta autarquia procedeu às seguintes renovações de contratos a termo certo resolutivo pelo período de um ano, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugados com o artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto:

Através dos despachos de 14 de Setembro de 2006 renovou contrato com os seguintes trabalhadores:

Elsa Maria de Oliveira Ramalhete, Célia Maria Barriguinha Marcelino, Paula da Conceição Mendes Matias Carqueija e Ana Cecília Manteiga Carrilho, auxiliares de acção educativa, com início em 2 de Novembro de 2006;

Gonçalo Dias Pires Louro e Raul Manuel Semedo Borrega, técnicos superiores de 2.ª classe (desporto), com início em 2 de Novembro de 2006;

Através do despacho de 15 de Setembro de 2006 renovou contrato com o seguinte trabalhador:

Bento Semedo Morujo, cantoneiro, com início em 2 de Novembro de 2006;

Através do despacho de 22 de Agosto de 2006 e nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugados com o n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, renovou contrato pelo período de três anos com a auxiliar de acção educativa Joaquina Gomes Zacarias Marques Lopes, com início a 7 de Outubro de 2006.

Nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugados com o artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, celebrou contratos a termo certo resolutivo através do despacho de 13 de Setembro de 2006, pelo período de um ano, com Helena Sofia Melato Ribeiro, Iva Raquel de Jesus Alfaia e Ana Maria Ribeirinho Carita Moreira, na categoria de auxiliares de acção educativa, pelo período de um ano, com início em 18 de Setembro de 2006.

18 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto*. 1000307372

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 191/2006

Reclassificação profissional

Tomo público que, por meu despacho de 11 de Outubro do corrente ano e no uso das competências que me são delegadas pelo despacho n.º 123/05/P, de 3 de Novembro de 2005, procede-se à reclassifica-

ção profissional de João Manuel Brito Machado para a categoria de assistente administrativo principal, pertencente ao grupo de pessoal administrativo, ao abrigo da alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que adapta à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. O funcionário ficará posicionado no escalão 1, índice 222 (€ 714,66).

De acordo com o despacho, a presente reclassificação produz efeitos a partir de 16 de Outubro de 2006.

(Processo isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

16 de Outubro de 2006. — O Vereador, em regime de permanência (com competência delegada), *Carlos Alberto Silva Oliveira*. 1000307363

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 26 de Outubro de 2006, no uso da competência prevista na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi nomeada definitivamente na sequência da respectiva reclassificação profissional e após aprovação em estágio a estagiária Maria Alexandra Pereira Costa Nazaré Canadas, para o grupo de pessoal técnico superior, carreira de técnico superior jurista, categoria de 2.ª classe.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

O processo de nomeação não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

26 de Outubro de 2006. — No uso da competência delegada, o Vereador, *Manuel António dos Reis Brites*. 1000307348

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Setembro de 2006, no uso da competência prevista na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, concedi licença sem vencimento por um ano, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, à funcionária Andreia Filipa Rosa Martins, com início em 25 de Outubro de 2006.

27 de Outubro de 2006. — No uso da competência delegada, o Vereador, *Manuel António dos Reis Brites*. 1000307347

CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

Aviso

Cessação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

José Baptista Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vimioso, em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz público que foi cessado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado com a técnica florestal de 2.ª classe Maria Odete Castro, com efeitos reportados ao dia 13 de Outubro de 2006.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*. 1000307339

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

José Baptista Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vimioso, em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz público que, por despacho de 4 de Outubro de 2006, foi revogado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugado com a alínea *i*) do artigo 9.º da Lei

n.º 23/2004, de 22 de Junho, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo do técnico superior de 2.ª classe, economista, Paulo Ramiro da Conceição Braz, pelo prazo de seis meses, com efeitos reportados ao dia 6 de Outubro do corrente ano, para dar continuidade às funções desempenhadas no projecto de constituição da empresa intermunicipal Miranda-do-Douro/Mogadouro/Vimioso — estudo da viabilidade económico-financeira.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*.
1000307340

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

Aviso

Renovação de contratos de trabalho

Hermínio Loureiro de Magalhães, vereador da Câmara Municipal de Viseu, no uso da competência delegada, torna público, para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que, por despacho de 20 de Outubro, autoriza a renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por mais um ano, celebrados com Sérgio Miguel da Costa Rolo e Marisa Isabel de Alexandre Coelho, para exercerem as funções de técnico e técnico superior (engenharia civil) de 2.ª classe, com efeitos reportados a partir de 15 e 16 de Setembro de 2006, respectivamente.

20 de Outubro de 2006. — O Vereador em Regime de Permanência, *Hermínio Loureiro Magalhães*.
1000307268

JUNTA DE FREGUESIA DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de cantoneiro limpeza

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação de Junta de 28 de Agosto de 2006, ao abrigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pela alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Julho, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para admissão de um cantoneiro de limpeza do quadro de pessoal desta Junta de Freguesia.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga existente e extingue-se com o preenchimento da mesma.

3 — Conteúdo funcional — são as de cantoneiro de limpeza descritas no despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1988, proceder à abertura e enterro de sepulturas, ao depósito e levantamento de restos mortais e cuidar do cemitério e ainda dirigir o veículo ligeiro da junta ocasionalmente.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho será na área da freguesia.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98 de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Junho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro

6 — Remuneração e condições de trabalho — o cargo será remunerado pelo índice 155, escalão 1, da respectiva categoria nos termos da tabela de remunerações dos funcionários e agentes da administração pública anexa ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, actualmente no valor de € 498,98. As condições de trabalho e regalias são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

7 — Requisitos de admissão:

Gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito das funções a que se candidata;

f) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

Requisitos especiais — possuir a escolaridade obrigatória de acordo com a idade do candidato (4.ª classe para os nascidos até 31 de Dezembro de 1966, o 6.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967, e para os nascidos a partir de 1981 o 9.º ano de escolaridade) e ainda possuir carta de condução para as categorias de ligeiros e de tractor.

7.1 — Os candidatos devem reunir os requisitos exigidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão.

7.2 — Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos portadores de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer preferência legal.

8 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, o qual bem como a documentação que o deva acompanhar poderá ser entregue pessoalmente nesta Junta de Freguesia ou remetido pelo correio, para o endereço Rua de Bento Gonçalves, 4, 7050-704 Foros de Vale de Figueira, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte e residência completa);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Identificação do concurso a que concorre, bem como o número, data e série do *Diário da República* em que o presente aviso foi publicado;

d) Declaração no requerimento, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, da situação em que se encontram, relativamente aos requisitos enunciados nas alíneas a), b), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, transcrito neste aviso, no caso de não apresentarem os documentos comprovativos.

Os candidatos podem ainda especificar quaisquer outros elementos que considerem relevantes para apreciação do seu mérito, desde que devidamente comprovados.

Relativamente à alínea c), os candidatos deverão apresentar, sob a pena de exclusão, documentos de habilitação literária, devidamente comprovado por fotocópia simples de documentos autêntico ou autenticado.

8.1 — Documentos exigidos — os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Fotocópia do bilhete de identidade e número de contribuinte;

c) Documentos comprovativos da formação ou experiência profissional adequadas ao exercício da profissão a que se candidatam;

d) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais serão considerados se devidamente comprovados;

e) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato.

8.2 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão constantes do aviso de abertura determina a exclusão do concurso, não sendo também permitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para apresentação de candidaturas, de acordo com o n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.3 — Nos termos do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a apresentação ou entrega de documentos falsos implica a exclusão dos candidatos e a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal conforme o caso.

9 — Métodos de selecção:

1.ª fase — avaliação curricular;

2.ª fase — prova de conhecimentos;

3.ª fase — entrevista profissional de selecção.